



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

Nesta edição **22 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 16 de agosto de 2011

<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Governo veta aumento real no valor da aposentadoria.....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>DCI - COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS</b> Demanda de motos premium acelera no País .....	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> Governo veta em 2012 aumento real a aposentado .....	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> Economistas defendem cautela para baixar juros .....	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> Google compra Motorola e desafia Apple .....	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> Amazônia é a galinha dos ovos de ouro do agronegócio brasileiro .....	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>JORNAL DO BRASIL</b> Mantega discutirá com senadores efeitos da crise internacional .....	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> TCL estuda produzir TV e celular no Brasil .....	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Dilma: Limite maior de faturamento de microempresas vai aumentar renda.....	12
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Dilma veta aumento real já acertado para aposentados .....	13
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>FOLHA DE PERNAMBUCO</b> Ninja made in Brazil.....	15
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>ÚLTIMO SEGUNDO</b> Luiza Trajano aceita convite e será 39ª ministra de Dilma .....	16
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>ÚLTIMO SEGUNDO</b> Reunião com Dilma só tratou de políticas de governo, diz Jucá .....	17
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>AGÊNCIA CÂMARA</b> LDO: Governo veta prioridade a execução de emendas parlamentares.....	18
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>ASSESSORIA MDIC</b> Secex divulga programação do Encomex Empresarial Porto Velho.....	19
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR</b> Bancos públicos voltam a puxar expansão do crédito.....	21
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR</b> Estados tentam evitar a devolução de incentivos .....	23
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR</b> LDO é publicada com 32 vetos de Dilma .....	25
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR</b> Mercado reduz projeções para crescimento do PIB e inflação.....	27
VEICULAÇÃO NACIONAL	

<b>VALOR</b>	
Estados tentam evitar cobrança de incentivos fiscais .....	28
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>PORTAL SUFRAMA</b>	
Servidor da SUFRAMA recebe prêmio de Economista do Ano de 2011 .....	29
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>LUIS NASSIF/BR</b>	
A entrevista de Dilma a Carta Capital .....	30
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo veta aumento real no valor da aposentadoria</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### **Dilma tira da lei orçamentária o possível reajuste acima da inflação de benefícios superiores ao mínimo**

Para mostrar rigor fiscal, a presidente Dilma Rousseff vetou a possibilidade de dar reajustes acima da inflação para aposentados e pensionistas do INSS que recebem benefício com valor superior ao do salário mínimo no ano que vem. Esse foi um dos 32 artigos que a presidente retirou da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), atendendo recomendação da equipe econômica. Para o senador Paulo Paim (PT-RS) e representantes dos aposentados, o veto demonstra falta de sensibilidade política. Dilma também vetou, entre outros itens, o estabelecimento de meta para reduzir o déficit das contas públicas para 0,87% do **PIB** já em 2012; o artigo que estabelecia que os gastos do custeio não poderiam crescer acima dos investimentos; e o compromisso de pagamento de despesas como no caso de ressarcimento a Estados **exportadores** que perderam receitas com a Lei Kandir.

### **Veto retira de aposentado aumento real em 2012**

#### **Dilma proíbe artigo da LDO que garantia ganho para pensionista que recebe benefício com valor superior ao do salário mínimo; reajuste será pelo INPC**

Para mostrar rigor fiscal e impedir pressão por aumento de gastos, a presidente Dilma Rousseff vetou artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que previa reajuste acima da inflação a aposentados e pensionistas do INSS que recebem benefício com valor superior ao do salário mínimo.

Esse foi apenas um dos 32 artigos que a presidente retirou da LDO, atendendo recomendação da equipe econômica. Outros artigos vetados estabeleciam limites aos gastos públicos. "Não há como dimensionar previamente o montante de recursos a serem incluídos no projeto de Lei Orçamentária anual para 2012, uma vez que, até seu envio, a política (de reajuste) em questão poderá ainda não ter sido definida", justificou o Palácio do Planalto, ao vetar o artigo do INSS.

Com o veto, os aposentados e pensionistas do INSS receberão a variação da inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

A decisão, publicada ontem no Diário Oficial da União (DOU), foi aplaudida por alguns, pois segura o aumento dos

gastos em um ano que promete ser mais difícil para o País por causa da crise em países ricos.

"Achei a decisão correta. Tem de preservar o poder de compra, mas não repassar ganho real. Não tem como sustentar isso no logo prazo", disse o economista Marcelo Caetano, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e especialista em previdência. Ele ressaltou que, num cenário de instabilidade econômica, a presidente Dilma precisa mostrar compromisso fiscal.

Sensibilidade. Para o senador Paulo Paim (PT-RS) e para o presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Warley Martins, o veto à negociação de um aumento real só demonstra a falta de sensibilidade política.

"Era uma emenda que permitia negociação. Não havia garantia concreta de nada", afirmou Paim. "Eu não vetaria isso. O ideal é estabelecer o diálogo. Todo ano de crise é a mesma coisa. O aposentado sempre acaba pagando a conta", acrescentou o senador, lembrando que recentemente o governo anunciou medidas de desoneração de impostos para o setor empresarial.

Martins frisou que foi pego de surpresa com a notícia. "Os aposentados estão de luto. Na LDO havia a previsão de negociação, mas não estava nada definido. Na era Collor, os caras pintadas iam para rua. Na era Dilma, será a vez dos caras enrugados", disse o presidente da Cobap.

Em 1.º de setembro já está marcado um encontro entre as 22 federações de aposentados do País para avaliar o que poderá ser feito para pressionar o governo a dar reajuste acima da inflação. Todos os anos aposentados e pensionistas tentam, sem sucesso, ter a correção dos benefícios equiparada à do salário mínimo, que atualmente é a inflação acumulada mais o crescimento do **PIB** de dois anos antes.

Na LDO de 2011, formulada no ano eleitoral de 2010, também foi aprovada com um artigo que permitia a negociação de ganho real para os aposentados e pensionistas que recebem mais que um salário mínimo.

Na ocasião, o ex-presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva não vetou o artigo, mas, apesar das pressões dos beneficiários do INSS, o reajuste dado foi de apenas 6,47% - a variação

do INPC em 12 meses. Desde 1997, o governo tem garantido ao aposentado a correção do benefício pela inflação.

Outros vetos. Dilma também derrubou da LDO, conforme antecipou o Estado, o estabelecimento de uma meta para reduzir o déficit das contas públicas para o equivalente a 0,87% do **PIB** já no próximo ano. Também foi retirado do texto artigo que estabelecia que os gastos do custeio não poderiam crescer acima dos investimentos.

Além disso, ao contrário do que gostaria o senador Aécio Neves (PSDB-MG), o Tesouro não terá de pedir aval do Congresso para emitir títulos da dívida pública e não haverá

reserva de recurso - equivalente a 1% da receita líquida - para pagamento de emendas parlamentares.

Foi vetado ainda artigo que assegurava, mesmo sem mencionar valor, o compromisso de pagamento de despesas, como é o caso de ressarcimento a Estados **exportadores** que perderam receitas com a Lei Kandir. Sem mencionar valores, havia uma garantia de liberação de R\$ 3,9 bilhões para compensação dos entes da federação prejudicados.

	VEÍCULO DCI - <b>COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Demanda de motos premium acelera no País</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**São Paulo - Em dez anos, a frota de motocicletas em circulação no País deve superar a de veículos, tendo os veículos premium uma nova demanda. O levantamento do mercado vem da pesquisa "A mobilidade urbana no Brasil", realizada este ano pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea). A projeção esbarra no último balanço divulgado pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicycletas e Similares (Abraciclo), maior entidade do setor, que comemora, 1.033.406 unidades vendidas no primeiro semestre - crescimento de 18% ante o mesmo período de 2010, além de outras 917.891 motocicletas emplacadas, 10,4% a mais do que no período anterior.**

Empresas fabricantes de modelos premium, de maior valor agregado, que inclui motocicletas acima de 500 cilindradas, também aceleram seus investimentos na busca por uma maior participação no mercado nacional. O principal foco dos negócios concentra-se nas Regiões Sul e Sudeste, onde a cidade de São Paulo já representa quase 20% da procura por essas linhas de motocicleta, projetadas para obter maior desempenho tecnológico e donas de design mais arrojado.

Grifes lendárias, como a americana Harley-Davidson e a japonesa Kawasaki do Brasil, cujos atributos incluem diferenciação, liberdade, independência e atitude, apostam na abertura recorde de suas redes de concessionárias autorizadas, sem poupar esforços nos investimentos. A perspectiva é a de disputar cada palmo desse crescente mercado e fincar bem os pés no varejo brasileiro. Tendo por base o último levantamento da Fenabreve, o presidente da Harley-Davidson do Brasil, Longino Morawski aponta uma evolução desse segmento no País, tanto no mercado geral, quanto no de motocicletas acima de 500cc. "Vale observar que em 2009 foram comercializadas por volta de 34.000 unidades, enquanto em 2010 chegou-se a quase 39.000, por conta, principalmente, do crescimento econômico brasileiro", explica.

De prova que não está para brincadeira, o lendário grupo americano decidiu, este ano, aumentar o controle de sua operação comercial no País, abrindo uma representação

no bairro Morumbi, em São Paulo. A capital paulista também foi a cidade escolhida para receber um showroom da marca, situado na Avenida Europa, apenas para demonstração de produtos. Este ano, já foram inauguradas oito concessionárias da grife Harley-Davidson, em São Paulo, Campinas, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Futuramente, novas lojas devem desembarcar em Florianópolis, Campo Grande e Brasília.

A projeção, no entanto, é alcançar a meta de dez revendedoras autorizadas até o final do ano, totalizando 20 lojas até o encerramento de 2012, além de garantir investimentos mais direcionados ao serviço de pós-venda. "Na verdade, este é o nosso grande foco deste ano: atender com qualidade em termos de serviços os nossos consumidores. Todas as nossas concessionárias já contam com oficinas equipadas e pessoal capacitado para realizar serviços de manutenção em toda a linha de motocicletas Harley-Davidson do Brasil. Além disso, temos um centro de treinamento em São Paulo usado para treinar técnicos e mecânicos de motocicletas de nossa marca em toda a América do Sul."

"Este é o modelo de negócios que a empresa tem em todos os grandes mercados do mundo, como é o caso do Brasil, e para prover mais produtos e serviços é preciso ter uma operação mais robusta", explica Morawski. Este ano marcará ainda a estreia do grupo Harley-Davidson na 11ª Edição do Salão Internacional Duas Rodas, que promete levar novidades ao maior evento do setor organizado no Brasil, responsável por reunir toda a cadeia de negócios. "Certamente, iremos impressionar. Teremos um grande estande com toda nossa linha de motocicletas, roupas e acessórios, além dos lançamentos 2012. Serão cinco novidades, mas ainda não posso falar quais são. São produtos que continuarão proporcionando a melhor experiência Harley-Davidson possível para os nossos clientes do Brasil", garante o executivo.

#### **Kawasaki**

Com uma rede de 52 revendedoras autorizadas pelo País e planos para alcançar 60 lojas até o final do ano, o grupo japonês Kawasaki Motores do Brasil é outra companhia do segmento de motocicletas premium que comemora

crescimento de 21% em volume de vendas do varejo no primeiro semestre de 2011. No total, foram comercializados 5.996 modelos, entre os 11 disponíveis da linha de alta performance, montados na fábrica do Polo Industrial de **Manaus**. O pouco tempo no **mercado** brasileiro como marca oficial, (no **Brasil** desde 2008), contudo, não a impediu de conquistar 14,1% de participação no **mercado** nacional, especialmente, nas regiões Sul e Sudeste. Um dos motivos da rápida expansão dos negócios da empresa explica-se, fundamentalmente, pelos investimentos aplicados na montagem de grande parte dos seus modelos, na fábrica de **Manaus**.

Para incrementar ainda mais o potencial de vendas, a empresa aposta na fabricação do modelo Ninja DX10R no **Brasil** alinhada aos menores custos de **importação** repassados ao consumidor. "Já temos onze modelos montados no Brasil. Hoje, a parcela dos **importados** representa, a minoria dos

nossos investimentos. O **Brasil** será o único país da América Latina a produzir esse tipo de moto", diz o diretor de planejamento da empresa, Ricardo Suzuki. No **mercado** nacional, as vendas da Kawasaki são alavancadas principalmente pelo modelo Ninja 250cc, cujo preço médio alcança R\$ 15 mil.

De acordo com o executivo, a maior presença das motos Kawasaki no eixo Sul-Sudeste deve-se a fatores econômicos, já que a empresa não negocia modelos populares, alvo da maior procura das Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste. "Ainda encontramos muitas dificuldades de encontrar revendedores nessas regiões, mas vamos chegar lá", projeta. Pela segunda vez, a Kawasaki participará como marca oficial do Salão Duas Rodas, onde terá um estande de 1.800 metros.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo veta em 2012 aumento real a aposentado</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**A presidente Dilma Rousseff vetou regra que previa reajuste acima da inflação em 2012 para aposentados e pensionistas da Previdência que ganham mais de um mínimo. O reajuste para quem ganha o piso salarial seguirá a variação do salário mínimo.**

**Dilma veta proposta de aumento real a aposentado**

**Reajuste do salário mínimo será repassado**

**LORENNA RODRIGUES**

**DE BRASÍLIA**

A presidente Dilma Rousseff vetou regra que previa reajuste acima da inflação, em 2012, para aposentados e pensionistas da Previdência que ganham mais de um salário mínimo, incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada pelo Congresso.

Dilma vetou outros 44 pontos da lei, entre eles o teto de 0,87% do **PIB** para o deficit nominal (resultado que considera o pagamento dos juros da dívida), a limitação dos gastos com custeio da máquina e a prioridade das emendas parlamentares.

Aposentados e pensionistas que ganham o piso salarial terão o benefício reajustado de acordo com a variação do salário mínimo, que leva em conta a variação do **PIB** de dois anos antes mais a inflação do ano anterior.

Segundo o **Ministério** do Planejamento, o governo entende que não é adequado prever reajuste real na LDO e que o melhor dispositivo para isso é a proposta de lei orçamentária, que a presidente enviará ao Congresso até o fim do mês. Não há garantia que o aumento será incluído no projeto do Orçamento.

O deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), presidente da Força Sindical, disse que apresentará emendas para garantir o aumento real a todos os aposentados em 2012.

O governo justificou o veto à meta de deficit nominal alegado que isso limitaria a ação da política monetária para cumprir a meta de inflação.

Foi vetada ainda a previsão de que toda a emissão de títulos da dívida pública teria que constar da lei orçamentária, o que sinalizaria emissões estratégicas e permitira aos agentes econômicos anteciparem seus movimentos no **mercado** de títulos.

Colaborou ANA CAROLINA OLIVEIRA, de Brasília

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Economistas defendem cautela para baixar juros</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

## DE SÃO PAULO

**Contumazes defensores da redução dos juros, economistas chamados "desenvolvimentistas" dizem que o governo pode aproveitar a crise econômica internacional para baixar taxas, mas que não deve fazê-lo imediatamente.**

O professor Yoshiaki Nakano argumenta que ainda há pressões inflacionárias e, por isso, não se pode cortar logo os juros.

"Mas [a crise] pode ser uma boa oportunidade", diz.

Para o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, é preciso agir com cautela, mas acredita que o corte será feito. Não agora, mas em breve.

"Se tiver outra rodada de incentivos nos EUA, haverá nova pressão no câmbio. Como o governo [brasileiro] vai manter uma taxa de juros como essa?", questiona Belluzzo. Para quem isso provocaria pressão ainda maior de valorização do real.

Já o ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira disse que o governo "não parece que vai resolver isso", referindo-se à valorização do real.

"Estão empurrando o problema com a barriga", diz.

Os economistas participaram ontem de seminário na Fundação Getulio Vargas, em São Paulo.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Google compra Motorola e desafia Apple</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Ao adquirir divisão Mobility, empresa vai ficar ainda com 17 mil patentes ligadas à tecnologia de celulares. Negócio, com valor de US\$ 12,5 bi, precisa ser confirmado pelas autoridades da área de defesa da concorrência**

**ÁLVARO FAGUNDES**

**DE NOVA YORK**

Na sua jogada mais ambiciosa até hoje, o Google anunciou a compra da Motorola Mobility por US\$ 12,5 bilhões, em um negócio que vai colocá-lo para competir diretamente com a Apple no mercado de smartphones.

A aquisição precisa ser confirmada pelas autoridades. Concretizada, será a maior já feita pelo Google.

Em 2008, ele comprou o DoubleClick (de publicidade on-line) por US\$ 3,2 bilhões e, dois anos antes, o YouTube, por US\$ 1,7 bilhão.

Pelo negócio, o Google paga 63% mais pela ação da Motorola em relação ao preço do papel na sexta passada.

Com a aquisição, a empresa se tornará uma fabricante de smartphones, e não somente do sistema operacional, em que hoje é líder.

O Android, o software do Google, tinha 43% do mercado global de smartphones no segundo trimestre de 2011, ante 17% um ano antes.

O confronto direto com a Apple e seu iPhone não é o único interesse da companhia com a Motorola.

Ela também garante 17 mil patentes ligadas à tecnologia de celular (e mais 7.000 a caminho), **importante** nesse momento em que crescem os processos judiciais no setor.

"A nossa aquisição da Motorola vai aumentar a competição ao aumentar o portfólio de patentes do Google, o que vai nos permitir proteger melhor o Android das ameaças anticompetição de Microsoft, Apple e outras companhias", afirmou Larry Page, presidente-executivo desde abril.

No entanto, há dúvidas sobre o negócio, pois o Google será responsável por lidar com estoques e fornecedores e comandar fábricas, e não somente produzir software.

As investidas anteriores não foram bem-sucedidas.

Em 2010, ele fechou a loja on-line do Nexus, o primeiro telefone com a marca Google, e também abortou o plano de um laptop próprio, optando por parcerias com empresas como Acer e Samsung.

Page, no entanto, tentou reduzir as preocupações, afirmando que o plano é que as operações da Motorola sejam um negócio separado. "Eles têm competência lá."

A outra dúvida é como vão reagir os demais fabricantes que usam o sistema Android.

Ontem, empresas como Sony Ericsson, LG e HTC elogiaram o negócio e o comprometimento da companhia "em defender o Google e seus parceiros" -em uma referência às disputas de patentes.

Analistas dizem que é possível que essas empresas criem mais aparelhos que operem o sistema da Microsoft, como uma forma de se defender caso o Google dê exclusividade para a Motorola.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Amazônia é a galinha dos ovos de ouro do agronegócio brasileiro</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

## ENTREVISTA THOMAS LOVEJOY

**MATA É IMPORTANTE PARA MANTER CHUVAS QUE ABASTECEM LAVOURAS DO CENTRO-OESTE; AUTORIZAR MAIS DESMATE COM NOVA LEI É TIRO NO PÉ, AFIRMA PESQUISADOR**

**ANNA VIRGINIA BALLOUSSIER**

**ENVIADA ESPECIAL AO RIO**

O agronegócio sairia ganhando se visse a Amazônia como "galinha dos ovos de ouro". Se a floresta morre, as chuvas na região secam, e o lucro evapora junto.

É o que pensa o biólogo americano Thomas Lovejoy, 69, pioneiro nas pesquisas sobre a região amazônica.

Quando visitou a floresta pela primeira vez, em 1965, ele era um jovem biólogo à procura "da maior aventura possível". Pai de gêmeas cariocas, de férias no país, defendeu que o cuidado com a Amazônia seja parcelado entre várias nações.

**Folha - O sr. afirma que a devastação na Amazônia pode chegar a um limite, a partir do qual o sumiço da floresta seria um caminho sem volta. Estamos perto?**

Thomas Lovejoy - O Banco Mundial pôs US\$ 1 milhão num estudo que projeta pela primeira vez os efeitos de mudança do clima, queimada e desmatamento juntos. Os resultados sugerem que poderia haver um ponto de inflexão em 20% de desmatamento [da floresta original]. Estamos bem perto, 18%.

Isso significa que áreas do sul e sudeste da mata vão começar a secar e se transformar em cerrado. É como jogar uma roleta de "dieback" [colapso] na Amazônia.

**Com o desmatamento subindo de novo, qual é o prazo para esses 20%?**

Não fiz cálculos, mas não tomaria muito tempo. Pode ser cinco anos, se continuar assim. Claro que [a devastação] traz implicações para os padrões de chuva, incluindo as áreas agroindustriais de Mato Grosso e mais ao sul, até o norte da Argentina.

O ex-governador [Eduardo] Braga [AM] costumava dizer ao ex-governador [Blairo] Maggi [MT]: "Sua soja depende da chuva no meu Estado".

**Quais as consequências para a agricultura?**

Agricultura e economia teriam menos chuvas. E elas dependem da chuva. Talvez não em São Paulo, mas mais ao oeste, com a água passando pelas hidrelétricas, em projetos como Belo Monte.

**O sr. estuda a Amazônia há mais de quatro décadas. Quais previsões deram certo e quais passaram longe?**

Meu primeiro artigo sobre a Amazônia, escrito em 1972, chamava-se "Transamazônica: estrada para a extinção?". Não acho que alguém tinha a capacidade de imaginar a soma de desmatamento que ocorreu. Lembro quando as primeiras imagens de satélite saíram, nos anos 1980. Todos ficaram surpresos.

Também houve boas surpresas. Uma é a força da ciência brasileira aplicada na Amazônia. A outra é a consciência pública, que em geral é bastante alta no Brasil. E também a extensão das áreas protegidas, incluindo as demarcações de fronteiras indígenas. Tudo isso junto protege 50% da Amazônia, o que é impressionante.

**Do jeito que está, o novo Código Florestal pode impedir o crescimento na produção de alimentos?**

Não acho que precisemos enfraquecer o [atual] Código Florestal para aumentar a produção agrícola no Brasil.

No caso do gado, o uso médio da terra na Amazônia é de uma cabeça por hectare. Essa é a média mais baixa em qualquer lugar do mundo.

É uma questão de organizar a imensa capacidade da Embrapa [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária], um dos centros líderes de agricultura no mundo.

**Comparado com os EUA, o Brasil tem legislação ambiental rígida. Lá, sequer estão na mesa criar coisas como a reserva legal. Pode soar paternalista dizer o que deve ser feito por aqui?**

Só estou tentando pensar no que faz sentido para o Brasil, não necessariamente no que faz sentido o Brasil fazer para o resto do mundo. O atual Código Florestal é um dos mais visionários do planeta.

Nos EUA, temos de pagar o preço de não ter tido essa visão há muito tempo. E também não temos florestas tropicais, mais sensíveis.

Economia e ecologia têm a mesma raiz grega: "oikos", que remete a "casa". Não existe ser no planeta que não afete seu ambiente sem consumo e produzir desperdício. A questão da sustentabilidade está nos detalhes de quanto e como se faz isso.

### **Qual a sua avaliação do governo Dilma no debate?**

Até agora, parece muito prático, sério. Como ela vai responder a qualquer que seja o Código Florestal será, claro, um grande teste. Mas ter deixado claro que o governo Dilma não aprovaria a anistia [aos desmatadores] é um sinal bem positivo.

O que é perigoso, na lei, é a ideia de dar o poder de demarcar as reservas legais aos Estados. Se você vai administrar a Amazônia como sistema, precisa ser consistente.

**O sr. conhece a senadora Kátia Abreu, uma das vozes da bancada ruralista?**

Não conheço, mas diria a ela: "Você precisa tomar cuidado para não matar a galinha dos ovos de ouro". E o ovo de ouro é a chuva.

**O caos nas finanças globais tira os holofotes da questão ambiental?**

Geralmente, quando há forte recessão econômica, muitas das coisas que causam problemas ambientais se enfraquecem. Alguns dos motores do desmatamento, como os preços da soja e da carne, enfraquecem quando a demanda é menor.

**O Brasil é capaz de cuidar sozinho da Amazônia?**

O **BNDES** tem de ser cuidadoso com os projetos de infraestrutura, pois há todos os outros países [amazônicos]. O Brasil não deveria segurar a responsabilidade sozinho. A

Amazônia é um elemento-chave no funcionamento do mundo. É do interesse de outros países ajudar o Brasil.

**Já chamaram o sr. até de espião da CIA. Há paranoia sobre um complô internacional para "roubar" a Amazônia?**

Isso não tem fundamento. A pior forma de biopirataria é destruir a floresta.

**Parte da comunidade científica minimiza o papel do homem no aquecimento global. O que o sr. acha?**

Não há quase nenhum cientista com credibilidade que acredite nisso. Nos últimos 10 mil anos, a história climática do planeta foi bem estável. Agora, nós o estamos mudando. Está claro que 2 °C a mais é muito para a Terra.

### **Frase**

"Sim, é normal que as espécies sejam extintas. Mas não é normal que sejam extintas de cem a mil vezes mais rápido [do que a taxa média no passado geológico da Terra], e não é normal que uma espécie sozinha faça isso acontecer. Vivemos em agrupamentos sociais que chamamos de cidades e achamos que não dependemos da natureza. É uma bolha, e um dia ela vai estourar"

**Raio-X: Thomas Lovejoy, 69**

### **NASCIMENTO**

**Nova York**

### **CARGO**

Presidente de ciência do GEF (Fundo Ambiental Global), é diretor de Biodiversidade do Centro Heinz para a Ciência, Economia e Ambiente, professor da Universidade George Mason (EUA)

### **CARREIRA**

Foi conselheiro-chefe de biodiversidade no Banco Mundial. Trabalha na Amazônia desde 1965

### **FORMAÇÃO**

Mestre e doutor em biologia pela Universidade Yale



VEÍCULO JORNAL DO BRASIL	EDITORIA	
TÍTULO <b>Mantega discutirá com senadores efeitos da crise internacional</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**O ministro da Fazenda, Guido Mantega, deverá comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado na próxima terça-feira (23) para discutir com os senadores a crise econômica internacional.**

Mantega, que atenderá a pedido dos senadores Francisco Dornelles (PP-RJ) e Delcídio Amaral (PT-MS), presidente da CAE, vai abrir um ciclo de debates da comissão.

No dia 30 deve comparecer à CAE o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Fernando **PIM**entel, para analisar as medidas adotadas pelo governo no âmbito do plano **Brasil** Maior.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>TCL estuda produzir TV e celular no Brasil</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Estratégia : Companhia planeja expandir negócios no mercado local**

**Talita Moreira**

Os sinais de uma nova turbulência econômica global, apesar de intensos nos últimos dias, foram insuficientes para abalar o entusiasmo de Li Dongsheng com o Brasil. Na semana passada, o presidente da TCL Corporation, fabricante chinesa de eletroeletrônicos, desembarcou em São Paulo para sua primeira visita ao país, com o propósito de conhecer melhor o mercado onde planeja investir.

Não que o país seja uma completa novidade para o executivo. Maior fabricante de TVs da China, a TCL já tem uma participação discreta nos segmentos de televisores e celulares no Brasil, embora seu nome não chegue ao consumidor final. A companhia fabrica, em Manaus, aparelhos de TV com a marca Philco, pertencente à Britânia. Em outra frente, é a dona dos telefones móveis Alcatel OneTouch.

Mas, Li tem projetos mais ambiciosos. Ainda sem prazo e locais definidos, a TCL tem feito estudos para instalar fábricas próprias. Ter uma produção local é a forma mais eficiente de expandir nossos negócios no mercado. E podemos oferecer serviços melhores para os consumidores, afirmou o executivo ao Valor na sexta-feira - quando visitou a sede brasileira do HSBC acompanhado de uma delegação de empresários chineses.

Apesar das vantagens competitivas das fábricas chinesas, a logística complicada e os impostos de importação começam a tornar interessante a possibilidade de produzir no Brasil, disse Li.

O país começou a chamar a atenção do executivo diante do crescimento que a TCL tem obtido no mercado local. Foi uma grande surpresa quando vi as projeções da equipe brasileira, disse Li. Segundo ele, a companhia projeta vendas de 1,2 milhão de televisores no Brasil para 2011 - uma

parcela importante do mercado, já que, no ano passado, os brasileiros compraram 9 milhões de TVs.

O desempenho levou a TCL a cogitar a construção de uma fábrica de televisores com sua própria marca. Hoje, no acordo com a Britânia, os aparelhos saem da linha de produção com o nome Philco e disputam o segmento mais popular do mercado de TVs do país.

A história é parecida no que diz respeito aos celulares. A unidade de telefonia móvel do grupo projeta vendas de 4 milhões de aparelhos no país em 2011 - pouco menos de 10% do total comercializado por ano no mercado brasileiro. Diante disso, a TCL começou a prospectar oportunidades para implantar uma linha de produção no país. Um dos locais em estudo é o polo tecnológico de Santa Rita do Sapucaí (MG), conforme noticiou o Valor em junho.

Na telefonia móvel, a TCL já atua no Brasil com sua própria marca, Alcatel OneTouch. O direito de uso do nome foi adquirido em 2005, junto com a antiga divisão de celulares da Alcatel.

O interesse da TCL também se estende aos países vizinhos. Nos últimos dez anos, a TCL passou de uma companhia chinesa a uma empresa global. Talvez a América Latina se torne muito importante para nós, destacou Li, acrescentando que a região tem mantido um crescimento contínuo, enquanto a Europa e os Estados Unidos sentem com mais força os efeitos da crise. A TCL tem escritórios no Brasil e na Argentina, mas também faz negócios no Chile e na Venezuela.

Fundada em 1981, a empresa obteve receita líquida global de US\$ 8,1 bilhões no ano passado, quando seu lucro líquido foi de US\$ 67,7 milhões.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Dilma: Limite maior de faturamento de microempresas vai aumentar renda</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**BRASÍLIA - Ao comentar as mudanças anunciadas pelo governo no Sistema Simplificado de Cobrança de Impostos (SuperSimples), a presidente Dilma Rousseff afirmou hoje que a ampliação do limite de faturamento de microempresas vai aumentar a renda e gerar mais empregos.**

Em seu programa semanal Café com a Presidenta, Dilma ressaltou que existem 7 milhões de empresas no país - 76% são de pequeno porte e respondem por 10 milhões de empregos.

"Para o Brasil crescer melhor, é importante estimular as pequenas empresas. Uma das alavancas para isso é o Supersimples, e a outra, o Microempreendedor Individual", disse. Ambos os programas, de acordo com a presidenta, reduzem tributos e eliminam burocracia.

Anteriormente, para entrar no Supersimples, a empresa precisava ter um faturamento anual de até R\$ 2,4 milhões. Com a nova lei, o limite de faturamento anual passou a ser de até R\$ 3,6 milhões. As alíquotas cobradas também caíram - no

comércio, por exemplo, passaram de 5,47%, na menor faixa, para 4%.

As alterações preveem benefícios ainda para pequenos empresários que vendem produtos para outros países. O limite anual para enquadramento no Supersimples, segundo Dilma, será de R\$ 7,2 milhões para os casos em que metade do valor vem de exportações.

Em relação ao programa Microempreendedor Individual (MEI), o limite de renda foi reajustado de R\$ 36 mil ao ano para R\$ 60 mil ao ano.

(Agência Brasil)

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Dilma veta aumento real já acertado para aposentados</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Decisão atinge quem ganha acima do mínimo; total de vetos é recorde

A presidente Dilma Rousseff passou por cima do acordo entre a base aliada e a oposição e vetou artigo da lei do Orçamento que garantia aumento real (superior à inflação) em 2012 para os aposentados com pensões acima de um salário mínimo. Com o veto, eles só deverão ter o reajuste correspondente à inflação, como determina a legislação atual. O governo alega que não tem como calcular os recursos necessários para cumprir o acordo. Dilma vetou pontos que limitavam gastos públicos e impediam que despesas crescessem acima dos investimentos. Com as medidas, Dilma sinaliza que o Orçamento de 2012 será de arrocho nos gastos e que o governo pretende ter controle mais rígido sobre os cortes e as áreas que serão ou não poupadas. Ao todo, foram 32 vetos - um recorde. A oposição considerou um desrespeito ao Congresso a quantidade inédita de vetos e ameaça obstruir sessões de interesse do governo até que eles sejam postos em votação.

### Dilma veta aumento real para aposentadorias

Quem ganha mais de um salário mínimo só terá garantida a inflação em 2011, segundo LDO sancionada ontem

### Cristiane Jungblut

BRASÍLIA. Ao sancionar a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012 (LDO) com um número recorde de vetos, ontem, a presidente Dilma Rousseff retirou da proposta aprovada pelo Congresso o artigo que garantia ganhos reais (acima da inflação) em 2012 para os aposentados que ganham mais de um salário mínimo. Esse artigo foi fruto de acordo entre a base aliada e a oposição no Congresso. Com o veto, esses aposentados só têm garantida a reposição da inflação, como determina a lei.

Ao fazer 32 vetos, que atingiram cerca de 45 pontos da LDO, Dilma demonstrou que o Orçamento de 2012 será de arrocho nos gastos, e que o governo quer total controle sobre os cortes e as áreas que serão ou não protegidas.

A emenda fora apresentada pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e estabelecia que o Orçamento de 2012 garantiria

verbas "para o atendimento de ganhos reais" para as aposentadorias e pensões do INSS, e que o índice de correção seria negociado com as centrais sindicais. Dilma vetou pontos que protegiam de cortes as emendas de parlamentares ao Orçamento, além de fixar limites para o acúmulo de restos a pagar de um ano para outro.

Dilma retirou da LDO duas travas aos gastos públicos incluídas pela oposição: a meta para o déficit nominal (resultado negativo entre despesas e receitas) em 0,87% do **PIB** em 2012 e o artigo que previa que as despesas não cresceriam acima dos investimentos. A oposição considerou o número recorde de vetos um desrespeito ao Congresso.

A maioria dos aposentados do INSS recebe o piso previdenciário, que tem o mesmo reajuste do salário mínimo, com aumento real. Na justificativa do veto, o governo diz que "não há como dimensionar previamente o montante de recursos a serem incluídos no Orçamento de 2012, uma vez que até o seu envio (ao Congresso) a política em questão pode não ter sido definida".

Em nota, o **Ministério** do Planejamento argumentou que quem recebe o piso previdenciário ganha o mesmo reajuste dado ao salário mínimo, mas, para os que têm faixas de aposentadoria acima do piso, é aplicada lei que garante a reposição da inflação (INPC). Para o Planejamento, qualquer mudança "teria que ser quantificada e discutida previamente para que seus efeitos pudessem ser estimados e seus recursos, garantidos".

Paim só soube do veto quando presidia ontem a sessão do Senado. Ele negociou a aprovação da emenda com o vice-líder do governo no Congresso, deputado Gilmar Machado (PT-MG).

- O veto foi desnecessário. Foi uma provocação aos aposentados e sindicalistas. Isso mostra, mais uma vez, que, sem pressão, as coisas não acontecem - disse Paim.

Em 2012, os aposentados que ganham o salário mínimo deverão receber, pelo menos, reajuste de 13% a 14%, num impacto de mais de R\$20 bilhões. Os que ganham acima do piso devem ficar só com a inflação, se depender do governo, cerca de 6%.

Para o petista, os aposentados vão reforçar a mobilização, como ocorreu em 2010, quando conseguiram um reajuste de 7,7%, acima do que o governo pretendia dar.

Líder do DEM na Câmara, o deputado ACM Neto (BA) disse que o partido vai obstruir sessões do Congresso nas quais são aprovados créditos complementares de interesse do governo, até que os vetos sejam postos em votação:

- É um desrespeito ao Congresso. O governo trata o Orçamento como um faz de conta.

Vetado controle de emissão de títulos pelo governo

Também foi vetada emenda apresentada pelo senador Aécio Neves (PSDB-MG), segundo a qual o governo precisaria informar ao Congresso a previsão de emissão de papéis da dívida pública. O objetivo era controlar as emissões de títulos usados para capitalizar o **BNDES**.

- Lamento profundamente a decisão da Presidência da República de vetar artigos **importantes** da LDO, que tinham o objetivo de buscar maior equilíbrio fiscal ao **Governo Federal** - disse Aécio.

	VEÍCULO <b>FOLHA DE PERNAMBUCO</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Ninja made in Brazil</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Nova esportiva ZX-10R da Kawasaki vem com sistema para piloto selecionar potência adequada para trajeto**

#### Da Redação

**APOSTA está na tecnologia de frenagem desenvolvida para modelo**

O segundo semestre traz a fabricação da esportiva Ninja ZX-10R, lançamento recente da japonesa Kawasaki, para o **Pólo Industrial** de **Manaus**. Os modelos virão com freios ABS KIBS, um sistema de antitravamento inteligente, e irão permanecer com os sistemas Power Mode e S-KTRC (Controle de Tração Esportiva Kawasaki), desenvolvidos para que o piloto faça seleção de potência e analise qual modo de uso é mais apropriado - diante das três esportivo, esporte-urbano e uso em piso molhado. Os recursos são atraentes, mas a grande aposta da marca está na tecnologia de frenagem desenvolvida exclusivamente para as ninjas superesportivas.

Os freios ABS KIBS possuem sensores diversos. São capazes de fazer a integração para o **monitoramento** de dados vindos das rodas dianteira e traseira, focando-se na pressão hidráulica da pinça frontal e na centralina de ignição, para armazenar o máximo de informações possível - posição do acelerador, giro do motor, atuação da embreagem e posição de marchas. Ao regular a pressão da pinça, o KIBS

diminui o processo de perda de contato da roda com o solo, que ocorre graças à alta velocidade e grande aceleração das superesportivas.

Além dos recursos oferecidos pela Ninja ZX-10R, a máquina gera 200,1 cv de potência com torque de 11,4 kgfm a 11.500 rpm. O motor responsável é um 998 cc quatro tempos de refrigeração líquida. O veículo está 10kg mais leve do que antecessor. No Recife, os interessados no modelo made in Brazil podem encontrá-lo com ABS e controle de tração ao preço de R\$ 66 mil nas cores tradicional lime green (verde) ou metallic spark black (preto).

Com informações da assessoria de Imprensa da Kawasaki

	VEÍCULO ÚLTIMO SEGUNDO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Luiza Trajano aceita convite e será 39ª ministra de Dilma</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### **Governo pede urgência ao Congresso para criação da Secretaria de Micro e Pequena Empresa e posse deverá ser em setembro**

A presidenta Dilma Rousseff convidou a empresária Luiza Helena Trajano, dona do Magazine Luiza, para comandar a Secretaria da Micro e Pequena Empresa. Na última sexta-feira, dia 12 de agosto, a presidenta pediu regime de urgência para aprovação do projeto no Congresso que cria a nova pasta que terá status de **Ministério**. Será o 39º **Ministério** do governo. A posse de Luiza deve ocorrer até o fim do mês de setembro, segundo o iG apurou.

Luiza Trajano pediu tempo para organizar empresa antes de assumir pasta

Economia iG entrevista Luiza Trajano sobre briga no varejo Magazine Luiza fecha 10% das lojas do Baú

A criação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa é uma proposta da campanha de Dilma. Em março deste ano, ela apresentou o projeto da nova pasta, mas não havia definido um nome para o cargo. Em julho, Luiza aceitou o convite de Dilma, mas pediu dois meses para acertar sua saída do comando do Magazine Luiza.

O prazo solicitado pela empresária coincidiu com o tempo necessário do governo para colocar o projeto de criação da pasta no Congresso. Com o pedido de urgência na última sexta-feira, a Câmara tem 45 dias para votar a proposta. Em seguida, o Senado tem mais 45 dias para referendar a decisão. Segundo o iG apurou, o governo

tentará encurtar esse prazo. Por meio de sua assessoria de imprensa, Luiza Trajano disse que não irá comentar o assunto.

Atualmente, a maior parte das funções do **Ministério** da Micro e Pequena Empresa pertence à pasta do **Desenvolvimento** Econômico e Social. Esse **Ministério** é comandado por Fernando **PIM**ental (PT), um dos ministros mais próximos de Dilma. O secretário-executivo Alessandro Teixeira é o responsável pela elaboração da nova pasta. Ele chegou a ser cotado para o posto.

Guilherme Barros Luiza prevê captar R\$ 1,2 bilhão com ações Dilma convida Luiza Trajano para conselho Luiza ao iG: Não tenho pretensão de ser 1ª

De acordo com o projeto de lei de criação do novo **Ministério**, a "Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República coordenará com as entidades representativas das microempresas e empresas de pequeno porte a implementação dos fóruns regionais nas unidades da federação".

A previsão de gastos com a nova pasta é de R\$ 6,5 milhões em 2011. A partir do ano que vem, o valor subirá para R\$ 7,9 milhões. Além de absorver parte da estrutura do **Ministério** do **Desenvolvimento** Econômico Social, o projeto de lei prevê a criação de 70 cargos, com salários que vão de R\$ 1,9 mil mensais a cerca de R\$ 7,5 mil mensais.

	VEÍCULO ÚLTIMO SEGUNDO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Reunião com Dilma só tratou de políticas de governo, diz Jucá</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Líder do governo no Senado afirmou que verbas de emendas parlamentares não fizeram parte da conversa com a presidenta**

Após reunião com presidenta Dilma Rousseff, esta noite, no Palácio do Planalto, os líderes do governo, no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR) e, na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP), disseram que a presidenta os chamou para discutir políticas de governo e que o assunto sobre um cronograma de liberação de de verbas de emendas parlamentares não foi tema das conversas. "Esta palavra [emendas] não fez parte das discussão", disse Vaccarezza.

Leia também: Dilma convoca líderes do PT e do PMDB Jucá diz trabalhar para manter PR na base aliada

"Ela discutiu os principais projetos do governo e, ainda, as votações que o governo considera prioritárias no Congresso neste segundo semestre, que são o projeto que trata de mudanças no Supersimples e o que cria o Pronatec [Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego]", completou. Vaccarezza, porém, ressaltou que a proposta de liberar R\$ 1 bilhão em emendas parlamentares ainda permanece. "A liberação de R\$ 1 bilhão se mantém desde a semana passada", declarou.

Já para Jucá, a conversa sobre liberação de recursos só está sendo tratada exclusivamente com a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, que, segundo ele, "ainda

não fechou um levantamento das propostas que serão contempladas". De acordo com o líder, "o governo vai fazer a liberação de recursos a partir do momento que ele tiver conforto no Orçamento", acrescentou.

O governo vem enfrentando insatisfações na base governistas e, segundo os líderes, que estavam na reunião, a presidenta pretende manter uma rotina de encontros com os demais partidos aliados. A principal reclamação é sobre a falta de recursos para as emendas parlamentares e a demora em contemplar as legendas com cargos já solicitados. Além disso, as recentes denúncias de corrupção em **Ministérios** comandados pelo PR e PMDB causaram desconforto entre o governo e os partidos e, até mesmo, com o PT.

Jucá disse que comentou com a presidenta sua participação na série de discursos de desagravo feitos nesta segunda-feira, no Senado. De acordo com o peemedebista, as investigações não atrapalharão as relações com o governo. "Todos os senadores são a favor do combate à corrupção, não há panos quentes". Ele também fez um apelo ao PR para que o partido continue atuando em conjunto com a base.

	VEÍCULO AGÊNCIA CÂMARA	EDITORIA	
	TÍTULO <b>LDO: Governo veta prioridade a execução de emendas parlamentares</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**A presidente Dilma Rousseff vetou 32 dispositivos do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012, aprovada pelo Congresso em julho. A LDO servirá de base para a elaboração do Orçamento do próximo ano. Grande parte dos vetos se refere a dispositivos que buscavam limitar o contingenciamento sobre áreas consideradas prioritárias e sobre emendas de despesa de deputados e senadores. Um artigo que obrigava o Executivo a priorizar a execução de emendas e de determinadas ações ministeriais foi vetado porque, segundo o governo, era muito amplo e resultaria em uma “atuação estatal desfocada”.**

Os parlamentares também se preocuparam com os chamados restos a pagar, que são dotações de orçamentos antigos que passam de um ano para outro sem serem pagos. Os artigos que pretendiam limitar os restos a pagar foram vetados porque, segundo mensagem do Executivo, não é possível fazer uma regra geral nesse caso. Ou seja, os serviços e obras têm que ser analisados caso a caso.

#### **Meta de deficit**

O Executivo vetou dispositivo que estabelecia uma meta para o deficit nominal do setor público consolidado (União, estados e municípios), que seria de 0,87% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2012. O deficit nominal é o resultado negativo que o governo apresenta após serem consideradas todas as despesas e receitas, inclusive as despesas com juros da dívida pública.

#### **Leonardo Prado**

Márcio Reinaldo Moreira: governo já havia avisado sobre possível veto.

A possibilidade de veto à meta nominal e à prioridade das emendas individuais já havia sido antecipada pelo governo ao relator do projeto da LDO, deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG), durante a tramitação do projeto na Comissão Mista de Orçamento.

A meta de 0,87% foi incluída no texto por pressão do DEM, no amplo acordo que foi fechado às vésperas da aprovação do projeto da LDO. O governo justificou o veto por uma eventual necessidade de aumentar os juros básicos da economia para controlar a inflação. Além disso, afirmou que já trabalha com uma meta fiscal, a de superávit primário, que na lei sancionada nesta segunda será de R\$ 139,8 bilhões para o conjunto do setor público, sendo de R\$ 96,97 bilhões a parte da União.

Para o líder do PSDB na Comissão de Orçamento, deputado Rogério Marinho (RN), o limite para o deficit nominal é **importante** em momentos de crise. "É uma preocupação que o Congresso tem para que nós não tenhamos dentro de um cenário de crise internacional a explosão do custeio no País. Porque o custeio cresce muitas vezes mais do que cresce o nosso **PIB**", afirmou.

A presidente também vetou artigo da LDO que obrigava o governo a declarar todas as suas emissões de títulos, inclusive as destinadas ao **BNDES**, no Orçamento de 2012. O dispositivo foi gerado por uma emenda do PSDB. O Executivo afirma que as emissões são "estratégicas" e não podem ser antecipadas para o **mercado**.

#### **Aposentados**

O governo vetou, ainda, artigo que estabelecia ganhos reais para os aposentados no próximo ano. Segundo a mensagem presidencial, até o envio do projeto do Orçamento ao Congresso, em 31 de agosto, não será possível antecipar a política de reajuste que vai vigorar no ano que vem.

Reportagem – Sílvia Mugnatto e Janary Júnior

Edição – Pierre Triboli

	VEÍCULO <b>ASSESSORIA <u>MDIC</u></b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Secex divulga programação do Encomex Empresarial Porto Velho</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### **Empresários terão atendimento de técnicos do MDIC durante o evento**

Brasília (16 de agosto) – Marcada para o próximo dia 15 de setembro, a segunda edição do Encontro Empresarial de **Comércio** Exterior (Encomex Empresarial) será realizada em Porto Velho, no Pavilhão de Exposições do Sesi de Rondônia. As inscrições já estão abertas e podem ser feitas na página eletrônica do Encomex Empresarial.

Dilma veta ganho real para aposentadorias e mais de 30 pontos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

BRASÍLIA - A presidente Dilma Rousseff sancionou com um recorde de mais de 30 vetos a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012, aprovada pelo Congresso Nacional. A medida foi publicada no Diário Oficial da União nesta segunda-feira. A LDO tem o objetivo de estabelecer as diretrizes, as prioridades de gastos e as normas e parâmetros que devem orientar a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminha ao Congresso Nacional até 31 de agosto. Numa surpresa, Dilma vetou o artigo que assegurava recursos orçamentários necessários ao atendimento da política de ganhos reais para as aposentadorias e pensões acima do salário mínimo.

Segundo a explicação do governo, publicada no DO, "não há como dimensionar previamente o montante de recursos a serem incluídos no Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2012, conforme determina o caput do art. 48, uma vez que, até o seu envio, a política em questão poderá ainda não ter sido definida." A emenda fora apresentada pelo senador Paulo Paim (PT-RS), afirmando que o Orçamento de 2012 garantiria recursos "para o atendimento de ganhos reais aplicável às aposentadorias e pensões do INSS". Na prática, a emenda tinha a intenção de

garantir ganhos aos aposentados que recebem acima do piso previdenciário, já que a maioria recebe o piso, que tem o mesmo reajuste do salário mínimo.

A expectativa dos aliados é de que Dilma não vetaria a proposta por ser genérica. Mas a presidente não quis arriscar ter que aumentar gastos, quando a ordem é de arrocho nas despesas em 2012. O veto diz que "não há como dimensionar previamente o montante de recursos a serem incluídos no Orçamento de 2012, uma vez que até o seu envio (ao Congresso) a política em questão pode não ter sido definida". Na prática, o governo, dentro do arrocho esperado para 2012, não quer dar reajuste real, apenas a inflação, como determina a lei atual.

Na área econômica, Dilma vetou as duas propostas do DEM que criavam travas para as despesas. O mais **importante**, como esperado e antecipado pelo GLOBO, foi o veto da meta para o déficit nominal (resultado negativo entre despesas e receitas) em 0,87% do **PIB** em 2012. Apesar de ter previsto essa mesma meta apenas como um indicativo num anexo da LDO, o governo diz ser impossível tornar essa meta obrigatória, porque isso significaria que o governo teria que apertar o cinto ainda mais, fazendo um superávit primário (economia para pagamento de juros) acima dos 3,1% do **PIB** fixados. O governo já terá dificuldades de cumprir essa meta. Para o governo, as duas metas são incompatíveis.

Também foi vetado artigo que previa que as despesas não cresçam acima dos investimentos. O argumento foi de que amarrava muito o orçamento do governo.

Em nota, o Planejamento justificou o veto sob o argumento de que a meta nominal "limitaria o campo de atuação desta (política monetária) para fins de cumprimento da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional."

O artigo que obrigava a inclusão na lei orçamentária de todas as emissões de títulos da dívida pública pelo Tesouro Nacional também foi vetado, conforme a equipe econômica já havia alertado. A emenda, do senador Aécio Neves, tinha o objetivo de controlar as frequentes emissões de títulos usados para capitalizar o **BNDES**.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Bancos públicos voltam a puxar expansão do crédito</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**O crescimento da oferta de crédito no país voltou a ser puxado pelos bancos estatais. No segundo trimestre, as carteiras da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil tiveram expansão de R\$ 34,1 bilhões na comparação com o período imediatamente anterior. O crescimento foi de 8% e 5,1%, respectivamente, enquanto os bancos privados aumentavam suas carteiras em ritmo mais lento (veja gráfico). Juntos, os três maiores - Itaú Unibanco, Bradesco e Santander - adicionaram R\$ 29,7 bilhões no trimestre.**

Durante a crise de 2008/09, os bancos públicos já haviam liderado a expansão do crédito. Mas, em meados do ano passado, os privados chegaram a ensaiar uma reação para retomar espaços perdidos. Neste ano, o movimento voltou a ser favorável aos estatais, com uma colocação de R\$ 55,2 bilhões no primeiro semestre, em comparação com R\$ 50 bilhões dos três grandes privados.

**Caixa e BB puxam crédito no 2º trimestre e Santander freia**

**Carolina Mandl | De São Paulo**

Os bancos públicos puxaram o crescimento do crédito no país de abril a junho deste ano. As carteiras da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil tiveram uma expansão somada de R\$ 34,1 bilhões na comparação com março, com crescimento de 8% e 5,1%, respectivamente. É um volume de empréstimos e financiamentos maior do que a soma das três maiores instituições privadas no país - Itaú Unibanco, Bradesco e Santander -, que adicionaram R\$ 29,7 bilhões. Isso acabou se refletindo na última linha do balanço dos bancos públicos. A média de crescimento do lucro das cinco maiores instituições do país foi de 8,2%, mas Caixa (79,9%) e Banco do Brasil (14,5%) avançaram acima disso.

Em meados do ano passado, os três bancos privados chegaram a ensaiar uma reação para retomar o espaço perdido durante a crise econômica de 2008, mas a estratégia não tem vingado até agora. No acumulado deste ano, esse movimento se repete: os públicos colocaram R\$ 55,2 bilhões, e os privados R\$ 50 bilhões.

Dois movimentos explicam esse desempenho dos bancos públicos. Um deles é a própria velocidade das contratações

de novas operações de crédito dentro das instituições controladas pelo governo, que crescem a passos mais largos. A média de crescimento das carteiras dos cinco maiores bancos do país foi de 5,1% de março para junho deste ano, mas só Caixa e Banco do Brasil ficaram nesse patamar ou acima dele.

Aliado a isso está o ritmo mais modesto de crescimento do Santander em relação a seus principais concorrentes no Brasil. Desde julho do ano passado, a subsidiária brasileira do banco espanhol perdeu para a Caixa a quarta colocação entre as maiores carteiras de crédito do país, entre os bancos com operação de varejo.

Essa inversão de posições ocorreu depois de o Santander ter feito uma oferta de ações na bolsa de valores de R\$ 13,8 bilhões em outubro de 2009, sob o argumento de que pretendia crescer suas operações no país. Naquela época, o banco espanhol tinha uma carteira de crédito de R\$ 136 milhões, enquanto a Caixa acumulava R\$ 112 milhões, uma diferença de R\$ 24 bilhões. Em junho deste ano, com as posições invertidas, a vantagem do banco estatal sobre o Santander foi de R\$ 30 bilhões.

No último trimestre, o motor de crescimento da Caixa continuou sendo a habitação, cuja carteira para pessoas físicas e jurídicas avançou R\$ 12,6 bilhões.

As concessões de crédito imobiliário da Caixa atingiram R\$ 45 bilhões até agosto deste ano, volume acima do esperado, o que levou a uma revisão da meta para cima. "Esperávamos atingir R\$ 81 bilhões neste ano. Mas, com os números até agosto, revisamos as metas e já esperamos atingir R\$ 90 bilhões em concessões no ano", disse o presidente da Caixa, Jorge Hereda na semana passada, durante a divulgação de resultados. Parte disso deve vir do Minha Casa Minha Vida, cujas liberações para a faixa de zero a três salários devem começar no segundo semestre.

Outro segmento **importante** para a Caixa foi o de crédito comercial, aquele voltado para as empresas. Só a linha de capital de giro teve um crescimento de R\$ 3,7 bilhões, alta de 16,9% no trimestre.

A questão que se coloca para o fim do ano é: os bancos públicos continuarão puxando a expansão do crédito

no país como aconteceu no segundo trimestre? Itaú Unibanco, Bradesco e Santander não reviram suas projeções de carteira para 2011, mas já deram sinais de que esperam que o crescimento não alcance o teto das metas. Além disso, com medo do calote, estão se refugiando em linhas de menor risco, como empréstimos com desconto em folha de pagamento.

Na Caixa, a meta traçada no começo do ano foi de um aumento de 30% da carteira, mas o número tem sido considerado pela própria diretoria como conservador, tanto pelo desempenho dos anos anteriores quanto pelos números do primeiro semestre. A aposta está na ampliação da carteira comercial, que chegou a R\$ 63,2 bilhões no primeiro semestre, com crescimento de 21,7% em doze meses.

Em sentido oposto, o Banco do Brasil reviu para baixo suas expectativas para os empréstimos e financiamentos. De um crescimento de 17% a 20% no ano para o patamar mais moderado de 15% a 18%.

Em entrevista coletiva na semana passada, Aldemir Bendine, presidente do Banco do Brasil, afirmou que a revisão está relacionada às medidas de contenção ao crescimento do crédito anunciadas pelo governo no fim do ano passado. "Não tínhamos contemplado as medidas macroprudenciais na projeção e decidimos esperar o fim do primeiro semestre para rever", disse Bendine. (Colaborou Fernando Travaglini, de São Paulo)

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Estados tentam evitar a devolução de incentivos</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Estados começaram a desenvolver estratégias processuais na tentativa de evitar que sejam obrigados a cobrar das empresas benefícios fiscais considerados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. O Mato Grosso do Sul, por exemplo, pediu ao tribunal que "module" sua decisão. O Estado quer que o julgamento, responsável por derrubar o programa MS Empreendedor, só tenha validade para o futuro. O Estado argumenta que a cobrança de incentivos já concedidos levaria à quebra de empresas. O Rio de Janeiro também entrou com recurso para anular uma decisão do STF.**

#### **Estados tentam evitar cobrança de incentivos fiscais**

Maíra Magro | De Brasília

Os Estados começaram a se movimentar, no Judiciário, para evitar que sejam obrigados a cobrar das empresas os benefícios fiscais derrubados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em junho, a Corte declarou a inconstitucionalidade de diversas leis de seis Estados e do Distrito Federal, que concediam incentivos fiscais sem o aval prévio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Agora, o Mato Grosso do Sul e o Rio de Janeiro entraram com recursos no próprio STF para tentar reverter a decisão ou limitar seus efeitos.

O Mato Grosso do Sul pede, em embargos de declaração, que os ministros "modulem os efeitos da decisão" - ou seja, esclareçam se ela também tem implicações no passado, ou se vale somente a partir do momento em que transitar em julgado - quando não couber mais recurso. O pedido é de que ela só se aplique daqui para a frente. Isso porque, se os ministros optarem pela outra hipótese, o Estado estaria obrigado, tecnicamente, a cobrar das empresas todos os benefícios usufruídos até o momento.

A ação contra o Mato Grosso do Sul foi apresentada pelo governo do Paraná, para questionar incentivos fiscais ao setor industrial, através do programa MS Empreendedor. Assim como nas outras ações, o Supremo considerou os benefícios inconstitucionais.

O Mato Grosso do Sul afirma, no recurso, que muitas indústrias só se instalaram e investiram no Estado por causa

dos benefícios. "A cassação poderá gerar um prejuízo incalculável a esses empreendedores, capazes de inviabilizar toda a atividade industrial em curso", diz o Estado. Segundo os procuradores do Estado, "a cobrança retroativa do **ICMS** vai gerar, inequivocamente, um enorme contencioso envolvendo o Estado e as empresas beneficiárias". Segundo dados do processo, o MS Empreendedor resultou na instalação ou ampliação de 348 empreendimentos industriais, com investimentos de R\$ 12,8 bilhões e a geração de mais de 76 mil empregos.

"A decisão (que derrubou os incentivos) traz um cenário de instabilidade para quem já aplicou inúmeros recursos na implantação de empreendimentos no Estado em razão do benefício fiscal", diz o procurador-geral do Mato Grosso do Sul, Rafael Coldibelli Francisco, que assina a ação. "O objetivo do pedido é justamente trazer segurança jurídica tanto para as empresas quanto para o Estado em relação à aplicação da lei."

O advogado Leandro Martinho Leite, do Leite, Martinho Advogados, considera improvável que os Estados venham a cobrar, de fato, os benefícios passados que eles mesmos concederam - pois isso contrariaria seus próprios interesses. Mas, tecnicamente, uma anistia também dependeria de acordo com o Confaz. Como isso não ocorreu até o momento, os contribuintes estão numa situação de incerteza.

Para o advogado Marcos Joaquim Gonçalves Alves, do Mattos Filho Advogados, uma manifestação do STF poderia contribuir para resolver o problema. "O Supremo decidiu a matéria pensando no tema guerra fiscal e no ato do governador. Mas não pensou na consequência disso para os contribuintes. O Supremo terá agora a oportunidade de voltar ao tema e analisar o reflexo da decisão", afirma.

Além do Mato Grosso do Sul, a Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) entrou com recursos para tentar reverter o posicionamento do STF em duas ações. Uma das decisões derrubou uma lei que reduzia o **ICMS** nas operações internas com querosene de avião. A outra declarou inconstitucional um decreto que eliminou o **ICMS** nas **importações** de equipamentos de ginástica. A Alerj argumenta, em um dos casos, que teria havido "omissão" na decisão - os ministros não

teriam analisado o argumento de que não houve "violação direta" à Constituição. No outro recurso, reclama que a Advocacia-Geral da União (AGU) se posicionou, no caso, pela inconstitucionalidade das leis, enquanto deveria, conforme seus

argumentos, defender a validade de toda legislação. Especialistas consideram, no entanto, que a possibilidade de reverter esses dois julgamentos é remota.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>LDO é publicada com 32 vetos de Dilma</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Ribamar Oliveira | De Brasília

A presidente Dilma Rousseff fez 32 vetos à lei de diretrizes orçamentárias (LDO), publicada ontem no "Diário Oficial da União", que estabelece as regras para a elaboração do Orçamento de 2012. Dilma excluiu do texto da LDO a chamada "emenda Aécio", de autoria do senador Aécio Neves (PSDB-MG), que obrigava a União a incluir no Orçamento todas as emissões de títulos do Tesouro Nacional, incluindo aquelas destinados ao Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**). A presidente vetou também a meta de déficit nominal de 0,87% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para o próximo ano, assim como o dispositivo que determinava que os investimentos públicos teriam que crescer mais do que os gastos de custeio, e a norma que exigia que o governo assegurasse recursos na lei orçamentária para política de reajuste real das aposentadorias e pensões do INSS com valor acima de um salário mínimo.

O veto à "emenda Aécio" foi sugerido a Dilma pelos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Miriam Belchior. Segundo eles, a inclusão de todas as emissões no Orçamento "representaria uma sinalização prévia de emissões estratégicas a serem feitas pelo Tesouro Nacional ao longo de cada exercício, possibilitando aos agentes econômicos anteciparem seus movimentos no **mercado** de títulos públicos, com impactos e riscos à gestão da dívida pública federal".

Além disso, os ministros observaram que a lei complementar 101/2000, a lei de responsabilidade fiscal (LRF), determina ser obrigatório constar da lei orçamentária apenas despesas com as dívidas e as receitas que a atenderão. O governo entende que devem transitar pelo Orçamento apenas receitas e despesas com previsão de serem auferidas ou desembolsadas no exercício financeiro de vigência da lei orçamentária.

Aécio lamentou a decisão da presidente. "Surpreende o governo, pois o mundo passa por uma crise decorrente do excesso de endividamento e a economia brasileira não está livre de suas consequências", disse o senador, em nota divulgada pela assessoria.

Ao dizer que a LRF só obriga que conste da lei orçamentária as despesas com a dívida e as receitas correspondentes, Aécio afirmou que o governo esqueceu a Constituição, que estabelece o princípio da universalidade, em que receitas e despesas passem pelo Orçamento. "A entrega de títulos da dívida pública federal a outras instituições, como no caso do **BNDES**, implica a geração de ônus financeiros futuros, na forma de juros. Essa despesa, mediante o veto, se tornará invisível ao Orçamento e, portanto, sem avaliação e a devida autorização do Congresso".

A norma que determinava que os gastos com custeio em 2012 não poderiam crescer mais do que os investimentos foi vetada, segundo a mensagem que Dilma enviou ao Congresso, porque "amplia a rigidez a que já se encontra submetida a utilização dos recursos constantes do Orçamento da União".

O argumento usado para o veto da meta de déficit nominal em 0,87% do **PIB** em 2012 foi o de que o estabelecimento de teto para o resultado nominal "limita o campo de atuação da política monetária para fins de cumprimento da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional".

A quantidade de vetos feitos por Dilma na LDO de 2012 foi a maior dos últimos anos. A presidente praticamente cancelou todas as alterações feitas pelos senadores e deputados no texto encaminhado pelo governo. O relator da LDO, deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG), não escondeu o seu espanto e insatisfação. "O governo não cumpriu nada do que acertou comigo", afirmou. "Na verdade, acertou não só comigo como também com os líderes dos partidos do governo e da oposição."

Dilma vetou, por exemplo, o artigo 68 da LDO, que determinava que despesas decorrentes de emendas parlamentares individuais não seriam atingidas pelo contingenciamento orçamentário. "A manutenção do artigo na LDO foi garantida em reunião com líderes partidários, em que estavam presentes representante da ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais) e o líder do governo no Congresso", disse Moreira. O argumento usado para o veto foi que a medida "dificulta o gerenciamento das finanças públicas".

Outro acordo feito, segundo Moreira, garantia que os recursos para ressarcir em 2012 os Estados pela desoneração da chamada Lei Kandir não poderiam ser inferiores aos deste ano - R\$ 3,9 bilhões. Esse artigo foi vetado. O governo excluiu também o artigo que previa a alocação na lei orçamentária de recursos para aumentos reais das aposentadorias e

pensões do INSS com o argumento de que a política ainda não foi definida.

Para o relator da LDO, os parlamentares vão se rebelar contra os vetos. De acordo com a Constituição, o Congresso pode derrubar vetos às leis feitos pelo presidente.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Mercado reduz projeções para crescimento do PIB e inflação</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Mônica Izaguirre | De Brasília

A expectativa de desaceleração mais acentuada da economia mundial, em decorrência da crise fiscal nos Estados Unidos e na Europa, voltou a reduzir a previsão de crescimento econômico e a inflação projetada para o índice que baliza a política monetária no Brasil. A mediana das projeções de **mercado** colhidas pelo Banco Central na sexta-feira indica que a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) será de 6,26% em 2011 e de 5,23% em 2012. A previsão de crescimento real do Produto Interno Bruto para este ano recuou para 3,93%.

Na pesquisa anterior, as previsões indicavam, respectivamente, variações de 6,28%, 5,27% e 3,94%. Esta é a segunda semana consecutiva de queda das medianas relativas a esses indicadores, obtida pelo BC a partir da consulta a mais de cem instituições financeiras e empresas, na sexta, dia 12. Duas semanas atrás, a inflação do IPCA estava projetada em 6,31% para 2011 e em 5,3% para o ano que vem. Para o **PIB** deste ano, a expectativa era de variação de 3,96%. Já para 2012, o **mercado** vem projetando crescimento de 4% há quatro semanas.

O temor de que o **Brasil** seja afetado pela incapacidade de os Estados Unidos e países europeus reativarem suas economias é mais evidente nas projeções de **produção** industrial. Pela sétima semana seguida, neste caso, a mediana recuou nessa última pesquisa do BC e agora está em 3% para 2011. Há sete semanas, a previsão era de que a indústria registrasse expansão de 3,73% este ano, número que já tinha caído para 3,01% na pesquisa do dia 5 de agosto. Já para 2012, a mediana das projeções para esse indicador ficou estável em 4,3%.

A pesquisa também mostra queda das projeções para o IGP-DI, o IGP-M e o IPC-Fipe, cujas medianas indicam inflação para este ano inflação de 5,44%, 5,50% e 5,62%.

A projeção para o nível da meta de Taxa Selic ao fim deste ano e do próximo também manteve-se estável, em 12,5% ao ano, na comparação com a pesquisa anterior, apesar de economistas do próprio governo já verem na atual crise mundial uma oportunidade de reduzir os juros básicos.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Estados tentam evitar cobrança de incentivos fiscais</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Maíra Magro | De Brasília

Os Estados começaram a se movimentar, no Judiciário, para evitar que sejam obrigados a cobrar das empresas os benefícios fiscais derrubados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em junho, a Corte declarou a inconstitucionalidade de diversas leis de seis Estados e do Distrito Federal, que concediam incentivos fiscais sem o aval prévio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Agora, o Mato Grosso do Sul e o Rio de Janeiro entraram com recursos no próprio STF para tentar reverter a decisão ou limitar seus efeitos.

O Mato Grosso do Sul pede, em embargos de declaração, que os ministros "modulem os efeitos da decisão" - ou seja, esclareçam se ela também tem implicações no passado, ou se vale somente a partir do momento em que transitar em julgado - quando não couber mais recurso. O pedido é de que ela só se aplique daqui para a frente. Isso porque, se os ministros optarem pela outra hipótese, o Estado estaria obrigado, tecnicamente, a cobrar das empresas todos os benefícios usufruídos até o momento.

A ação contra o Mato Grosso do Sul foi apresentada pelo governo do Paraná, para questionar incentivos fiscais ao setor industrial, através do programa MS Empreendedor. Assim como nas outras ações, o Supremo considerou os benefícios inconstitucionais.

O Mato Grosso do Sul afirma, no recurso, que muitas indústrias só se instalaram e investiram no Estado por causa dos benefícios. "A cassação poderá gerar um prejuízo incalculável a esses empreendedores, capazes de inviabilizar toda a atividade industrial em curso", diz o Estado. Segundo os procuradores do Estado, "a cobrança retroativa do **ICMS** vai gerar, inequivocamente, um enorme contencioso envolvendo o Estado e as empresas beneficiárias". Segundo dados do processo, o MS Empreendedor resultou na instalação ou ampliação de 348 empreendimentos industriais, com investimentos de R\$ 12,8 bilhões e a geração de mais de 76 mil empregos.

"A decisão (que derrubou os incentivos) traz um cenário de instabilidade para quem já aplicou inúmeros recursos na implantação de empreendimentos no Estado em razão do benefício fiscal", diz o procurador-geral do Mato Grosso do Sul, Rafael Coldibelli Francisco, que assina a ação. "O objetivo do pedido é justamente trazer segurança jurídica tanto para as empresas quanto para o Estado em relação à aplicação da lei."

O advogado Leandro Martinho Leite, do Leite, Martinho Advogados, considera improvável que os Estados venham a cobrar, de fato, os benefícios passados que eles mesmos concederam - pois isso contrariaria seus próprios interesses. Mas, tecnicamente, uma anistia também dependeria de acordo com o Confaz. Como isso não ocorreu até o momento, os contribuintes estão numa situação de incerteza.

Para o advogado Marcos Joaquim Gonçalves Alves, do Mattos Filho Advogados, uma manifestação do STF poderia contribuir para resolver o problema. "O Supremo decidiu a matéria pensando no tema guerra fiscal e no ato do governador. Mas não pensou na consequência disso para os contribuintes. O Supremo terá agora a oportunidade de voltar ao tema e analisar o reflexo da decisão", afirma.

Além do Mato Grosso do Sul, a Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) entrou com recursos para tentar reverter o posicionamento do STF em duas ações. Uma das decisões derrubou uma lei que reduzia o **ICMS** nas operações internas com querosene de avião. A outra declarou inconstitucional um decreto que eliminou o **ICMS** nas **importações** de equipamentos de ginástica. A Alerj argumenta, em um dos casos, que teria havido "omissão" na decisão - os ministros não teriam analisado o argumento de que não houve "violação direta" à Constituição. No outro recurso, reclama que a Advocacia-Geral da União (AGU) se posicionou, no caso, pela inconstitucionalidade das leis, enquanto deveria, conforme seus argumentos, defender a validade de toda legislação. Especialistas consideram, no entanto, que a possibilidade de reverter esses dois julgamentos é remota.

	VEÍCULO PORTAL <b>SUFRAMA</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Servidor da <u>SUFRAMA</u> recebe prêmio de Economista do Ano de 2011</b>		
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Lisângela Costa

O **Superintendente** adjunto de Projetos da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (SUFRAMA)**, Oldemar Ianck, receberá neste sábado (13), o prêmio Economista do Ano de 2011. A comenda é concedida pelo Conselho **Regional** de Economia do **Amazonas** (Corecon) e será entregue durante jantar que marcará o encerramento da Semana do Economista 2011, no Elegance.

Servidor de carreira da **SUFRAMA** desde fevereiro de 1980, Oldemar Ianck passou por diversos cargos na autarquia ao longo desse período: **Superintendente** adjunto de Operações, **Superintendente** adjunto de Planejamento, assessor da **Superintendência**, presidente da Comissão Permanente de Licitações, assessor da **Superintendência** Adjunta de Planejamento, diretor do Departamento de Promoção de Investimentos e diretor do Departamento de Acompanhamento e Fiscalização de Projetos Industriais.

Ianck considera a sua escolha para receber a premiação como sendo extremamente gratificante. Contudo, ele faz questão de compartilhar esse reconhecimento com os seus colegas da autarquia, com quem realizou vários trabalhos em equipe e aprendeu bastante durante esses 31 anos de

convivência. Ressalta ainda que a profissão de economista nunca esteve tão em voga em virtude do cenário atual, marcado por crises econômicas nas diversas esferas.

Para ele, a profissão de economista é apaixonante por estar diretamente ligada a assuntos que têm repercussão no dia a dia das pessoas, empresas e organizações, e alerta para a necessidade de os profissionais da Economia ampliarem os seus conhecimentos para outras áreas, adotando uma postura de interdisciplinariedade.

O Prêmio Economista do Ano foi criado em 1979 e tem por finalidade homenagear os profissionais de Economia que se destacam no **desenvolvimento** da ciência econômica nos cenários **regional**, nacional ou internacional, nas áreas do conhecimento científico, educacional, cultural e profissional.

	VEÍCULO LUIS NASSIF/BR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>A entrevista de Dilma a Carta Capital</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Por Lilian Milena, da Agência Dinheiro Vivo**

**Entrevista de Dilma dada à Carta Capital**

**Os objetivos da presidente Dilma, até dezembro de 2014, será retirar 16 milhões de brasileiros da miséria e regionalizar ainda mais o setor de saúde ampliando os serviços de home care, levando o atendimento "de um hospital às casas das famílias".**

Em entrevista exclusiva, concedida à revista Carta Capital, edição 659, a presidente Dilma Rousseff diz querer "consolidar um Brasil de classe média", até o final do seu mandato, e garantiu que a Comissão da Verdade irá sair ainda em seu governo.

Acompanhe a seguir o resumo dos principais pontos abordados por Carta Capital.

#### **Crise financeira mundial**

Dilma explica que o que vem pela frente é algo distinto do que o mundo e o Brasil vem sofrendo desde 2008. "Temos um problema sério, porque os EUA podem ir para o quantitative easing<sup>3</sup> (emissão de dólares) e aí eles vão inundar este nosso País", assim como os demais mercados ainda aquecidos, como o da Argentina.

O quadro irá exigir "um grande esforço" para conter os efeitos da desaceleração econômica que, segundo a presidente, iniciou-se com a tributação sobre os derivativos e continuará com o aprimoramento da política industrial. Algumas dessas medidas foram anunciadas no dia 2 de agosto, com o Plano Brasil Maior, por meio do qual o governo concede renúncia fiscal de R\$ 24 bilhões às empresas até o final de 2012. Outra medida no âmbito do programa, chamada de Reintegra, restitui em dinheiro aos produtores de bens manufaturados o equivalente a 3% de suas exportações.

Dilma critica os governos dos Estados Unidos e da Europa por "encherem os bancos de dinheiro", mantendo a desregulamentação, em vez de tomarem "medidas cabíveis".

"Há duas utopias apresentadas como possíveis. Há aquela americana, a solução dos republicanos, que acham ser possível sair de uma das maiores crises, gerada não pelo

descontrole dos gastos públicos, diminuindo o papel do Estado (...) Não se recupera uma economia desse jeito".

A outra utopia "vendida lá na Europa" diz que "é possível a gente ter uma união monetária em que a economia central, ou as economias centrais, se beneficiam de uma única moeda, estruturam um mercado, vendem os seus produtos para esse mercado e não têm a menor responsabilidade fiscal, punindo seus integrantes quando eles entram em crise, também provocada pelo nível de empréstimo dos bancos privados", afirma, e promete fazer uma política de conteúdo nacional com inovação, "a mesma que aplicamos em relação a Petrobras e que deu origem à encomenda de estaleiros novos produzidos no País".

O objetivo é proteger a indústria nacional dos produtos importados, dada a grande capacidade ociosa da indústria manufatureira no mundo, à procura de mercados.

#### **Sobre a mídia e o ministro Celso Amorim**

Para Dilma, não só no Brasil, mas em todo o mundo, os governos têm relações contraditórias com a mídia, a exemplo dos Estados Unidos, entre a Fox e o presidente Barack Obama. A presidente diz que no Brasil "os problemas reais perdem espaço para os acessórios, ou para os que não são reais" e reafirmou ter certeza da grande capacidade de gestão de Celso Amorim.

Dilma afirma que as crises administrativas nos Ministérios do Transporte e da Agricultura não foram pautadas pela mídia. "Afastamos as pessoas quando achamos que o caso era grave", explica.

#### **Copa 2014**

A presidente não vê risco nenhum quanto à infraestrutura que o país estará oferecendo nos jogos de 2014.

"Na última avaliação, das obras de estádios em andamento, dez estavam com zero de problemas, fora as dificuldades normais inerentes a grandes projetos. Um por problema na licitação, que foi feita. O outro, por conta de uma discussão entre o Ministério Público Federal, o TCU e a CGU. E havia o estádio em São Paulo, cuja situação é pública e notória, e por isso eu o cito aqui. Fizemos muita pressão

para resolver o impasse de uma vez por todas. O governo estadual decidiu então entrar, assim como a prefeitura", responde.

Quanto à estrutura logística, Dilma destaca que os dias dos jogos serão feriados no país. Os esforços agora são para os aeroportos de maior tráfego, São Paulo e Brasília, que passam pelo processo de concessão privada (51% dos ativos serão concedidos, outros 49% continuarão com a Infraero). Num segundo momento o governo irá se focar nos aeroportos do Galeão (Rio de Janeiro) e Confins (Belo Horizonte). A presidente reitera que os preparativos para a Copa do Mundo estarão prontos em dezembro de 2013.

### **Saúde**

Dilma destaca que sua grande obsessão neste mandato é reformar parte da saúde pública. O pontapé inicial do seu governo foi a modernização e remodelagem de cerca de 40 mil Unidades Básicas de Saúde (UBS), conta.

O trabalho está sendo estruturado em cima de um mapa da pobreza: serão construídas 3 mil novas UBS nas regiões mais afetadas, a exemplo do programa Rede

Cegonha, que começou pelos municípios com baixo nível de acesso a serviços públicos.

A grande mudança no sistema nacional de saúde virá com a implantação e ampliação do home care, ou seja, levar o atendimento hospitalar às casas das pessoas. "Isso vai descongestionar o tratamento final nos hospitais e diminuir a quantidade de tempo que as pessoas permanecem ocupando um leito", afirma.

### **Trem-bala**

Dilma reitera seu propósito de construir o trem-bala argumentando que "as mesmas pessoas que hoje criticam o trem-bala diziam nos anos 1980 que o Brasil não deveria fazer metrô". A justificativa é que o meio de transporte irá causar uma desconcentração urbana das metrópoles Rio de Janeiro e São Paulo. "Uma vez em Tóquio percebi que as ruas eram estreitas, mas não havia congestionamentos. Quis saber o motivo e me explicaram que o sistema de trens criado depois da Segunda Guerra Mundial tinha mudado a direção urbana das cidades. Nas paradas entre Tóquio e Kyoto criaram-se bairros, áreas de moradia", conclui.